

# Sumário

<b>Prefácio à 2ª edição</b> .....	XIII
<b>Prefácio à 1ª edição</b> .....	XV
<b>Apresentação à 2ª edição</b> .....	XIX
<b>Introdução</b> .....	1
<b>1 Fundamentos do Dever de Controle de Convencionalidade e a Interpretação Constitucional conforme os Direitos Humanos</b> .....	9
1.1. O Sistema Interamericano de Direitos Humanos e o Status Jurídico conferido à Convenção Americana no Ordenamento Brasileiro .....	11
1.1.1. <i>As Obrigações decorrentes da adesão ao Sistema Interamericano de Direitos Humanos</i> .....	19
1.1.2. <i>Os efeitos das decisões da Corte Interamericana sobre os Estados: Res Interpretata e Res Judicata</i> .....	23
1.2. O Controle de Convencionalidade.....	33
1.2.1. <i>A técnica de interpretação constitucional conforme os direitos humanos</i> .....	44
1.2.2. <i>O princípio interpretativo pro persona como critério solucionador de antinomias</i> .....	52
<b>2. Direito Eleitoral Sancionador e o Poder Instrutório da Autoridade Eleitoral</b> .....	63
2.1. Reflexões sobre os Ilícitos Eleitorais “não-criminais” e o Contencioso Eleitoral .....	65
2.2. O que é Direito Sancionador.....	82
2.3. Natureza Jurídica Sancionatória dos Ilícitos Eleitorais “não-criminais” .....	95
2.4. Direito Eleitoral Sancionador: a individualização do ramo perante as esferas cível, penal e administrativa.....	112

2.5. Premissas Teóricas para a Construção de um Regime Processual aplicável aos Ilícitos Eleitorais compatível com sua Característica Sancionatória .....	119
2.6. Meios de Apuração dos Ilícitos Eleitorais de Natureza Sancionatória no Direito Brasileiro e o Poder Instrutório da Autoridade Judicial Eleitoral.....	132
<b>3 A Garantia Convencional do Devido Processo e a Intepretação do art. 23 da Lei de Inelegibilidades conforme os Direitos Humanos.....</b>	<b>143</b>
3.1 A Garantia Convencional do Devido Processo Legal: aplicabilidade das regras definidas no art. 8º da Convenção ao Direito Sancionador .....	144
3.2 Matriz de Garantias do Devido Processo Constitucional-Convencional aplicável ao Direito Eleitoral Sancionador .....	173
3.3 Os Fundamentos do Supremo Tribunal Federal para afirmação da Constitucionalidade do art. 23 da Lei de Inelegibilidades na ADI 1.082 .....	183
3.4 O Papel da Autoridade Judicial no Direito Eleitoral Sancionador e a Garantia Convencional da Imparcialidade.....	192
3.5 A Garantia de Imparcialidade para Julgamento .....	193
3.6 Proposta de (re) leitura do art. 23 da Lei de Inelegibilidades, em face da Preservação dos Direitos Humanos .....	209
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>213</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>219</b>